

ano 10 – n. 41 | abril/junho – 2021
Belo Horizonte | p. 1-252 | ISSN 2238-4138
R. Fórum Trabalhista – RFT

Revista Fórum TRABALHISTA RFT

FÓRUM
CONHECIMENTO JURÍDICO

Sumário

DOCTRINA

ARTIGOS

A evolução do teletrabalho com o advento da reforma no Direito do Trabalho e seu novo conceito

Francisco da Silva Moraes Junior, Ingo Dieter Pietzsch	9
1 Introdução	9
2 Breve história e conceito do teletrabalho	10
3 O teletrabalho antes da reforma da Consolidação das Leis do Trabalho	12
4 A evolução do teletrabalho com o advento da reforma no Direito do Trabalho e seu novo conceito	13
5 Conclusão	15
Referências	16

Síndrome de Burnout e *home office*: uma análise sociojurídica das relações trabalhistas na contemporaneidade

Hanna Kalyne Ramos F. Gomes, Hudson Carlos Avancini Persch, Jaqueline Lima Ribeiro, Talita Paula de Bastos, Tamires de Assis Leal	19
1 Introdução	20
2 A evolução das relações trabalhistas e o <i>home office</i> como condicionante da Síndrome de Burnout	21
3 A responsabilidade civil do empregador ante as complexidades encontradas no <i>home office</i>	25
4 Considerações finais	29
Referências	31

Assédio moral e gestão do medo: o terror psicológico no ambiente de trabalho e o aviltamento dos direitos e garantias fundamentais do trabalhador

Juliana da Silva Paiva	35
1 Introdução	35
2 Os direitos fundamentais e os direitos do trabalhador	37
2.1 Aplicação direta dos direitos fundamentais nas relações interprivadas	39
2.2 Eficácia horizontal dos direitos fundamentais	40
2.3 Princípio da dignidade da pessoa humana	42
2.4 Poder hierárquico no trabalho e a dignidade da pessoa humana	43
2.5 Direito ao ambiente de trabalho saudável	44
2.5.1 Poder diretivo e disciplinar do empregador	45
2.5.2 O abuso de direito	45
2.5.3 O direito à resistência	46
2.6 O dever da boa-fé nas relações de emprego	47
3 Assédio moral no trabalho	48
3.1 Conceito	48
3.2 Elementares: dano, repetição, intencionalidade, premeditação e existência de danos psíquicos	49
3.3 Sujeitos	50
3.3.1 Sujeito ativo	50

3.3.2	Sujeito passivo	51
3.4	Classificação do assédio moral quanto ao grau hierárquico dos sujeitos na estrutura da empresa	52
3.4.1	Assédio moral horizontal.....	52
3.4.2	Assédio moral vertical	53
3.4.2.1	Assédio moral vertical descendente.....	53
3.4.2.2	Assédio moral vertical ascendente	53
3.5	Assédio moral no Direito Comparado.....	53
4	Assédio moral e gestão do medo	54
4.1	Assédio moral organizacional	55
4.1.1	Precarização das relações de trabalho.....	56
4.1.2	Medo da despedida	57
4.1.3	Automação e flexibilidade na relação de emprego.....	58
4.2	Assédio moral estratégico: era dos gerentes e da alta qualidade.....	59
5	Assédio moral: terror psicológico no ambiente laboral e suas consequências	61
5.1	O direito constitucional à saúde	61
5.2	Danos físicos e psicológicos advindos do assédio moral nas relações de emprego.....	63
5.2.1	Sentimentos da vítima do terror psicológico: confusão mental, solidão, ódio, vergonha e humilhação.....	63
5.2.2	Algumas doenças relacionadas ao assédio moral no trabalho.....	64
5.2.2.1	Estresse	65
5.2.2.2	Episódios depressivos.....	66
5.2.2.3	Síndrome de Burnout.....	66
5.2.2.4	Estresse pós-traumático	68
5.2.2.5	O triste fim: suicídio	69
6	Tutela judicial do assédio moral	69
6.1	Aspectos processuais	69
6.2	Meios e ônus da prova	70
6.3	Ruptura contratual	71
6.4	Responsabilidade civil decorrente do assédio moral	73
6.4.1	Responsabilidade civil do empregador por assédio moral praticado pelos empregados	73
6.4.2	Responsabilidade civil do empregador que comete assédio moral.....	74
6.4.3	Dano moral	74
6.4.4	Dano material.....	75
6.4.5	Indenização à vítima de assédio moral	75
7	Prevenção e defesa.....	75
7.1	Atuação das empresas.....	76
7.2	Atuação dos sindicatos	77
8	Conclusão	78
	Referências	79

O teletrabalho em tempos de pandemia: uma análise do direito à desconexão e do dano existencial como consequência da jornada excessiva de trabalho

Roberta Scalzilli	83	
1	Introdução.....	83
2	As relações laborais na era digital	84
3	O teletrabalho	86
4	O direito fundamental ao trabalho em tempos de pandemia	88
5	Dano existencial em decorrência da inobservância do direito à desconexão	91
6	Considerações finais.....	95
	Referências	96

O direito à saúde mental dos trabalhadores em face às mudanças nas relações laborais

Thayssa Thuanny Dantas Conceição	99
1 Introdução	99
2 O meio ambiente do trabalho e suas acepções	101
3 Conceito de saúde	102
3.1 Direito à saúde mental do trabalhador	103
4 Espécies de patologias na relação empregatícia	106
4.1 Assédio moral	107
4.2 Estresse	107
4.3 Síndrome de Burnout	107
4.4 Depressão	108
4.5 Assédio sexual	108
5 Agressões mentais relacionadas	109
6 Mudanças e práticas de enfrentamento da precarização social nas relações laborais	113
7 O vínculo entre o meio ambiente de trabalho e a saúde mental do trabalhador	115
8 Considerações finais	116
Referências	118

Da acumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade: em busca de uma maior proteção ao trabalhador

Rocco Antonio Rangel Rosso Nelson, Isabel Cristina Amaral de Sousa Rosso Nelson, Walkyria de Oliveira Rocha Teixeira	121
1 Das considerações iniciais	122
2 Razões para a acumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade	125
2.1 Não recepção do art. 193, §2º, da CLT	125
2.2 Da inconveniência do art. 193, §2º, da CLT	128
2.2.1 A questão hierárquica das convenções de direitos humanos no sistema doméstico brasileiro	129
2.2.2 Convenções nºs 148 e 155 da Organização Internacional do Trabalho (OIT)	133
2.3 Uma análise a partir do princípio da proporcionalidade	134
2.3.1 Considerações sobre o princípio da proporcionalidade	134
2.3.2 Do princípio da proporcionalidade em relação ao art. 193, §2º, da CLT	136
3 Acumulação dos adicionais de insalubridade e periculosidade na jurisprudência trabalhista	137
4 Considerações finais	143
Referências	144

JURISPRUDÊNCIA SELECIONADA

ACÓRDÃOS NA ÍNTEGRA

Supremo Tribunal Federal

Administração Pública – Direito do Trabalho – Terceirização – Responsabilidade subsidiária automática pelo inadimplemento de contratos trabalhistas – Impossibilidade – Violação da ADC nº 16 e da Súmula Vinculante nº 10 do STF – Necessidade de comprovação inequívoca do seu comportamento reiteradamente negligente. Agravo Regimental na Reclamação nº 40.505/SP	149
--	-----

Tribunal Superior do Trabalho

Ação de produção antecipada de provas – Compatibilidade com o Processo do Trabalho – Possibilidade ainda que não seja pedido urgente – Artigo 381, inciso III, do Código de Processo Civil. Agravo em Recurso de Revista nº 10610-81.2018.5.15.0057..... 167

Tribunal Superior do Trabalho

Férias – Súmula nº 450 do TST – Atraso ínfimo no pagamento – Inaplicabilidade da sanção descrita no verbete sumulado – Princípios da razoabilidade e proporcionalidade. Embargos em Recurso de Revista nº 10128-11.2016.5.15.0088..... 175

Tribunal Superior do Trabalho

Direito Processual – Justiça gratuita – Rendimentos superiores aos 40% (quarenta por cento) do teto dos benefícios do Regime Geral de Previdência Social (RGPS) – Mera declaração de hipossuficiência – Concessão do benefício – Súmula nº 463 do TST. Recurso de Revista nº 1000771-17.2018.5.02.0044 191

Tribunal Superior do Trabalho

Teste de HIV na admissão do empregado – Dano moral configurado – Trabalho por prazo determinado – Sucessivos contratos – Desrespeitado o prazo legal mínimo de 06 meses – Reclamada que não ostentava caráter transitório – Unicidade contratual. Recurso de Revista nº 248-91.2016.5.09.0013 199

EMENTÁRIO 223

TENDÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS 243

INSTRUÇÕES PARA AUTORES 251